

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
UNICEUB

RAFAEL ROSA CEDRO

**A Política de Desenvolvimento Rural do Brasil no
Início do Século XXI e o Acordo sobre Agricultura
da Organização Mundial do Comércio**

Dissertação aprovada pela banca examinadora, como requisito para titulação pelo Programa de Mestrado em Direito, na área de concentração de Direito e Políticas Públicas, linha de pesquisa ‘Estado, Políticas Públicas e Domínio Econômico-Social’, do Centro Universitário de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dias Varella

Co-orientadora: Prof^ª. Dra. Neide Terezinha Malard

BRASÍLIA

2009

RAFAEL ROSA CEDRO

A Política de Desenvolvimento Rural do Brasil no
Início do Século XXI e o Acordo sobre Agricultura da
Organização Mundial do Comércio

Banca examinadora:

Prof. Dr. Welber Oliveira Barral (UFSC)

Prof. Dr. Carlos Mielitz Netto (UFRGS)

Prof. Dr. Marcelo Dias Varella (Uniceub)

Profª. Dra. Neide Terezinha Malard (Uniceub)

RESUMO

A Política de Desenvolvimento Rural que tem sido adotada no Brasil no início do século XXI, que põe em evidência um modelo produtivo baseado na Agricultura Familiar, de pequena-escala, segmento historicamente relegado no País, delineia um caráter inovador na abordagem do Estado brasileiro para com o meio rural nacional. Essa nova abordagem tem propiciado um início de alinhamento do processo de evolução do campo nacional aos objetivos fundamentais da República previstos pela Constituição Federal de 1988, fortalecendo ainda a segurança alimentar da Nação. Por sua vez, o Acordo sobre Agricultura da Organização Mundial do Comércio, na condição de instrumento normativo internacional, no presente contexto de globalização das relações econômicas, apresenta, ao momento de sua renegociação no âmbito da Rodada Doha de negociações multilaterais, um potencial significativo de restringir a capacidade futura do Estado brasileiro de continuar implementando e de aprofundar aquela importante política interna de desenvolvimento, a depender de como os seus termos sejam consolidados. Com isso, configura-se um risco latente de se inviabilizar a própria capacidade nacional de perseguir um modelo de desenvolvimento segundo os ditames da justiça social, solidariedade, e redução da pobreza, da marginalização e das desigualdades, conforme previsto formalmente no texto constitucional. Assim, o presente trabalho buscará mostrar a importância de se preservar, na negociação em curso do novo tratado agrícola multilateral, os importantes espaços de política pública (*policy space*) necessários para viabilizar a continuidade e o aprofundamento da Política de Desenvolvimento Rural nacional. Para tanto, o presente trabalho buscará: (i) compreender a evolução e situação atual do campo nacional, relacionando-as com a concepção de desenvolvimento prevista pela Constituição Federal brasileira de 1988; (ii) conhecer a Política de Desenvolvimento Rural do País que começou a ser delineada em meados da década de 1990 e foi substancialmente reforçada no período pós-2003, e que tem promovido um redirecionamento do desenvolvimento rural nacional para uma situação mais alinhada à concepção vislumbrada pelos objetivos fundamentais constitucionais, fortalecendo ainda a segurança alimentar doméstica; (iii) em seguida será abordado o Acordo sobre Agricultura da Organização Mundial do Comércio, destacando-se os seus desequilíbrios intrínsecos e as margens diferenciadas de política pública que foram estabelecidas às diferentes categorias de países Membros dentro da Organização, as quais favoreceram os Membros mais desenvolvidos, bem como também será apresentado o contexto da

renegociação do tratado agrícola multilateral que está em curso no âmbito da Rodada Doha de negociações; (iv) por fim, serão então analisados e apresentados os potenciais riscos de restrições, diretas e indiretas, que o Acordo sobre Agricultura pode oferecer à capacidade do Estado nacional de continuar e aprofundar a Política de Desenvolvimento Rural do País e a obtenção dos seus resultados esperados.

Palavras chave: Política de Desenvolvimento Rural do Brasil, Acordo sobre Agricultura, Organização Mundial do Comércio, “espaço de política pública” (*policy space*) face a normas internacionais

ABSTRACT

The Rural Development Policy that has been adopted in Brazil in the beginning of the 21st century, which evinces a productive model based on the small-scale Family Agriculture, a historically relegated segment in the country, outlines an innovative disposition of the Brazilian State's approach toward the national countryside. This new approach enables the start of an alignment of the evolution process of the national countryside with the fundamental objectives of the Republic foreseen by the 1988 Federal Constitution, also strengthening the nation's food security. The Agreement on Agriculture of the World Trade Organization, on its turn, in the condition of an international normative instrument, in the current context of globalization of the economic relations, presents, at the moment of its renegotiation in the ambit of the Doha Round of multilateral negotiations, a substantial potential to restrict the future capacity of the Brazilian State to continue implementing and to further deepen that important domestic development policy, depending on how the terms of such agreement are consolidated. Thus, a latent risk of impeding the national capacity of pursuing a development model guided by social justice, solidarity, and reduction of poverty, marginalization and inequalities, as foreseen in the constitutional text, is configured. Hence, this study intends to show the importance of preserving, in the on-going negotiation of the new multilateral agricultural treaty, the important policy spaces necessary to enable the continuity and the deepening of the national Rural Development Policy. For such, this study will seek: (i) to understand the evolution and current situation of the national countryside, relating them to the development conception foreseen by the 1988 Brazilian Federal Constitution; (ii) to be acquainted with the country's Rural Development Policy that started to be outlined in the mid 1990's and was substantially strengthened in the period after 2003, and which has been promoting a redirecting of the national rural development to a situation more aligned with the conception established by the constitutional fundamental objectives, strengthening in addition the domestic food security; (iii) next, to analyze the World Trade Organization's Agreement on Agriculture, underlining its intrinsic unbalances and the different policy margins that were established to the different categories of Member countries in the Organization, which favor the more developed Members, as well as to present the context of the renegotiation of the multilateral agricultural treaty in the Doha Round; (iv) at last, to analyze and present the potential risks of restrictions, both direct and indirect, that the Agreement on Agriculture

might impose to the capacity of the national state to continue and deepen the country's Rural Development Policy and achievement of its expected results.

Keywords: Brazil's Rural Development Policy, Agreement on Agriculture, World Trade Organization, "policy space" in the context of international rules

